

## RESENHA

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília, FUNCEP, 1988 – 235p.

O referencial utilizado pelo autor no desenvolvimento do seu trabalho, foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Dividido em duas partes, a primeira apresenta a Estratégia de Desenvolvimento adotada em 1974 pela administração Geisel, com o objetivo explícito de atualizar as potencialidades da Nação presidiendo seu último salto para o ingresso definitivo no reduzido elenco de economias desenvolvidas.

A segunda parte apresenta as principais medidas político-econômicas acionadas entre 1974 e 1976 diretamente inspiradas nas diretrizes centrais da Estratégia.

A proposta inicial é de que a Estratégia consolidaria em 1980 o Brasil como 7<sup>o</sup> ou 8<sup>o</sup> mercado no mundo Ocidental com uma população superior a 125 milhões de habitantes e um PIB per capita superior a US\$ 1.000.

O núcleo central da nova estratégia seria integrado por duas diretrizes mutuamente articuladas. A primeira indicando a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base, provocando redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional.

A segunda diretiva estaria voltada ao fortalecimento do capital nacional, apontando para um capitalismo social, impondo a indução progressiva de práticas e pautas de comportamento empresarial que socializariam os benefícios da industrialização.

O II PND aponta que para a viabilização do núcleo central sendo necessário cautela quanto ao setor externo. Este não deveria impor limites demasiado estre-

tos à implementação das diretrizes centrais. Deveria então, haver um aprofundamento nas relações externas da economia observados os processos de exportação, importação e a atração de capitais de risco e de empréstimo. Propõe também, uma nova política de industrialização que funcionaria como um ajustamento da estrutura econômica à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio da evolução industrial.

Uma política de energia passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. A proposta de crescimento do País exige uma acelerada expansão da oferta de energia.

O II PND enquanto instrumento de definição de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do país, propõe ainda o redesenho da malha de transporte provocando alterações substanciais da política de transporte e de seus conseqüentes projetos. Delimita com precisão, as articulações do Estado com a economia moderna de mercado e indica como campo do Estado, a responsabilidade pela Estratégia, Segurança, Justiça, Energia, Transportes, Comunicação, Educação, Saúde e Previdência Social.

O II PND é segundo o autor, "um exemplo do exercício de autoridade", onde o Estado cumpre seu papel de traçar as opções básicas, eleger prioridades e traçar diretrizes conseqüentes, informando a população com "franqueza e realismo" suas propostas de ação.

Ainda segundo o autor, o acompanhamento do II PND permite "ordenar a história do descolamento do Estado de suas bases de sustentação na economia e na sociedade identificando algumas das específicas articulações político-econômicas que têm presidido o desenvolvimento recente da economia brasileira". São estes os propósitos e os limites analíticos deste trabalho.